

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 465.645 - SP (2018/0214444-4)**

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**AGRAVANTE** : JOSÉ JACINTO MOREIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**AGRAVADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. CRIME DE MOEDA FALSA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REGIME SEMIABERTO. FUNDAMENTO CONCRETO. VALIDADE.

1. A Terceira Seção decidiu ser possível, desde que com base em motivação concreta, estabelecer regime prisional mais gravoso do que aquele que corresponderia, como regra geral, à pena aplicada. Tal fundamentação, porém, deve ser aferida caso a caso (HC n. 362.535/MG, Terceira Seção, Rel. Min. Felix Fischer, Rel. para o acórdão Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 8/3/2017).

2. O regime semiaberto fixado com base nas circunstâncias judiciais desfavoráveis – *apreensão de quase quatrocentas notas falsas bem como em face dos antecedentes criminais ostentados pelo réu* – encontra-se devidamente fundamentado em elementos válidos e concretos dos autos.

3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior.

Brasília (DF), 04 de dezembro de 2018 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Presidente e Relator